

ESMAF TRF1



DIRETORA
Desembargadora Federal
Gilda Sigmaringa Seixas

VICE-DIRETORA
Desembargadora Federal
Daniele Maranhão Costa

COORDENADORES
Juiz Federal Ilan Presser
Juiz Federal Hugo Abas Frazão

SECRETÁRIA-EXECUTIVA
Gabriela Artiaga

Gestão feminina inédita

Em 06 de julho de 2023, a eleição das Desembargadoras Federais Gilda Maria Sigmaringa Seixas e Daniele Maranhão para, respectivamente, assumirem os cargos de Diretora e Vice-diretora da ESMAF, para o biênio 2023-2025, marcou o início do segundo semestre da Escola naquele ano.

A desembargadora Gilda Sigmaringa Seixas é a segunda mulher a conduzir a Esmaf desde a sua criação, em 11 de abril de 2000, quando a dirigente foi a desembargadora federal Assusete Magalhães (2000-2002).



Gilda Sigmaringa Seixas

Diretora da Esmaf



Daniele Maranhão

Vice-diretora da Esmaf



A gestão de duas mulheres na Escola da Magistratura é inédita, multifacetada e representa um marco significativo. Essa representatividade feminina no comando da instituição traz consigo uma perspectiva mais inclusiva que pode refletir-se positivamente nas políticas educacionais e na formação dos futuros magistrados.

Gilda Sigmaringa Seixas



As desembargadoras federais Gilda Sigmaringa Seixas e Daniele Maranhão assumiram a nova gestão com o compromisso de continuar o brilhante trabalho que vinha sendo conduzido pelo Desembargador Federal Souza Prudente, que se aposentou no início do mês de julho de 2023.

No primeiro semestre do ano de 2023, a ESMAF, sob a gestão do Desembargador Souza Prudente; intermediação e auxílio do Juiz Federal Hugo Abas Frazão – Coordenador de Internacionalização da ESMAF e apoio do Desembargador Federal Wilson Alves de Souza (Vice-Diretor da ESMAF até julho de 2023) e do Juiz Federal Ilan Presser – Coordenador Pedagógico da ESMAF, passou a inovar com relação ao futuro das ações de capacitação de nossos magistrados, cumprindo um calendário de missões de internacionalização (Itália, Chile, Costa Rica – Corte Internacional de Direitos Humanos, Peru, França, Haia e Portugal, realizando protocolos de cooperação internacional com Universidades, Cortes e Tribunais internacionais e estrangeiros, como um meio de intercâmbio e compartilhamento judicial.

Com isso, a ESMAF busca compreender novos contextos para a formação de magistrados, trilhando o caminho da internacionalização como princípio à formação continuada de nossos magistrados, incluindo, obrigatoriamente, os conteúdos relativos aos direitos humanos, gênero, raça e etnia, e ou-

tras diretrizes previstas pelo Conselho Nacional de Justiça. Convênios firmados pelo Desembargador Federal Souza Prudente, no primeiro semestre de 2023:

- Caribbean Court of Justice • Corte Interamericana de Direitos Humanos
- Universidade de Lisboa – Portugal • Universidade de Pisa-Itália • Universidade de Genova - Itália • Universidade de Teramo – Itália • Universidade de Siena – Itália • Universidade de Sorbonne – Paris 1 – França.

Naquela gestão, foram iniciadas as tratativas com o Poder Judiciário do Peru, representado pelo Presidente da Corte Suprema Judicial do Peru, o Ministro Javier Arévalo Vela e bem como pela Ministra da Sala Penal da Corte Suprema, Dra. Iris Estela Pacheco Huancas. A assinatura do convênio se deu já na gestão da Desembargadora Gilda, em 20/11/2023.

Outros acordos firmados pela Desembargadora Gilda Sigmaringa Seixas:

- Acordo de Cooperação Técnica n. 0001/2024, celebrado entre a Escola de Magistratura Federal da 1ª Região e a Associação dos Magistrados Brasileiros, por meio da Escola Nacional da Magistratura – ENM, em 25/04/2024.

- Acordo de Cooperação Técnica n. 0004/2024, celebrado entre o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com interveniência da Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região e a ESMAF, em 05/03/2024.

“Globalização, Macrocriminalidade e Cooperação Internacional”

Para marcar o início da gestão, a Esmaf promoveu a Aula Magna, Macrocriminalidade e Cooperação Internacional, proferida pelo Ministro do STJ Reynaldo Soares da Fonseca com a presença dos debatedores convidados: Magistrado federal no México e integrante do Conselho da Justiça Federal do México Sérgio Javier Molina (fruto do processo de internacionalização da ESMAF) e também o desembargador federal Theophilo Antonio Miguel Filho, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Na abertura, a desembargadora Gilda Sigmaringa Seixas destacou sua missão à frente da Esmaf. “Uma das minhas metas aqui que tenhamos uma interlocução primordial da Escola com as necessidades dos magistrados”, afirmou. A magistrada ressaltou, também, que foi com grande honra que assumiu a gestão da Escola da Magistratura. “Uma instituição sólida de tradição e relevância no cenário jurídico nacional, que ao longo dos anos tem desempenhado um papel fundamental na formação de magistrados comprometidos com a Justiça e com o bem-estar da sociedade”, pontuou.

Gestão feminina – Outro ponto relevante da fala da desembargadora Gilda foi sobre a direção pioneira feminina da Escola, que agora passa a ser conduzida por duas mulheres. “Nesses 30 anos de existência tivemos uma ínfima participação feminina na gestão da Escola. Agora, a doutora Daniele Maranhão e eu cuidaremos com muito profissionalismo, zelo e carinho da nossa Esmaf”, enfatizou a magistrada.

Sobre a equidade de gênero na Justiça e o respeito aos Direitos Humanos, a desembargadora afirmou que “a gestão de duas mulheres na Escola da Magistratura é inédita, multifacetada e representa um marco sig-



nificativo. Essa representatividade feminina no comando da instituição traz consigo uma perspectiva mais inclusiva que pode refletir-se positivamente nas políticas educacionais e na formação dos futuros magistrados”.

Propostas da nova gestão – Sob essa nova perspectiva e com quatro pilares (Pessoas, Conhecimento, Acervo e Resultado), a diretora da Esmaf apresentou um plano de ação, intitulado “Gestão Judicial 360º”, norteado pelos seguintes critérios: modernização da infraestrutura, expansão do corpo docente, ampliação da oferta de cursos e desenvolvimento profissional contínuo, capacitação multidisciplinar, foco na ética e na integridade, inclusão e diversidade, fortalecimento das parcerias, diálogo com a sociedade e internacionalização. “Acreditamos que com uma gestão eficiente e a implementação de propostas inovadoras a Escola da Magistratura cumprirá sua missão e seguirá desempenhando um papel essencial na construção de uma Justiça cada vez mais justa, inclusiva e célere comprometida com o bem comum e fraterno. Juntos construiremos um sistema jurídico sólido e equitativo para todos os cidadãos”, afirmou a magistrada.

Após a fala de abertura do evento, o ministro Reynaldo destacou o trabalho para a instalação da Escola, “que teve início com muitas dificuldades, começou do nada,

do zero, como foi com o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, nos idos de 1989, e eu estava lá. Portanto, hoje, eu tenho orgulho de ver esta estrutura montada e homenageio esse passado glorioso.” Ele ainda afirmou que “a democracia e a construção do bem precisam ser oxigenadas pelas novas gerações”.

Esta memorável Aula Magna “Comissão de Direito Internacional” foi o marco do primeiro curso em EaD, com aulas síncronas, da nova gestão, que abordou o Direito Internacional aplicado à realidade pragmática da Magistratura Federal do TRF1. O curso foi replicado da Escola do TRF2, e feito em parceria com ela, tendo sido multidisciplinar e holístico, com aulas síncronas ministradas por referências em cada uma das subáreas do Direito Internacional.



EAD 24

“Comissão de Direito Internacional

Após a Aula Magna inaugural, o curso (EaD) “Comissão de Direito Internacional” teve continuidade, abordando o Direito Internacional aplicado à realidade pragmática da Magistratura Federal do TRF1. Replicado em parceria com a EMARF do TRF2, foi multidisciplinar e holístico, com aulas síncronas ministradas por referências em cada uma das subáreas do Direito Internacional.

Assim, foram tratados temas pertinentes à rotina de Vara Criminal, como globalização e macrocriminalidade, cooperação internacional, lavagem de capitais transnacional, competência criminal em delitos transnacionais. Também, dissecada a intersecção do Direito Internacional em Varas Cíveis, como competência da Justiça Federal em casos de Direito Internacional, com abordagem jurisprudencial.

Os precedentes abordados foram dos Tribunais Pátrios, bem como de Cortes Internacionais. Ainda tratada realidade do Juizado Especial, com o pouco estudado campo do Direito Internacional Previdenciário. Com isso, ampliou-se o conhecimento sobre interfaces do Direito Internacional com o Direito interno e capacitar o(a) magistrado(a) do TRF1 a decidir de forma embasada lides que tenham algum elemento de conexão atinentes ao Direito Internacional.

ESMAF **on-line** **EAD 24**

CURSO - Comissão de Direito Internacional
Inscrições de 22/05 a 30/05/2023

Aulas síncronas:
dias 01/06, 06/06, 12/06, 15/06,
19/06, 22/06, 26/06 e 30/06/2023
Exclusivo para Magistrados

Coordenação:
Des. Federal Theophilo Antonio Miguel Filho - TRF2
Juiz Federal Ilan Presser - TRF1

Ducentes:
Min. Reynaldo Soares, Procurador da República Aldo de Campos Costa, Juíza Federal Michele Menezes da Cunha (TRF2), Advogada Liliane Roriz, Advogado Abel Fernandes Gomes, Juíza Federal Marcia Maria Nunes de Barros (TRF2), Procurador da República Antônio do Passo Cabral, Juiz Federal Valter Schuenquener (TRF2), Juíza Federal Caroline Medeiros e Silva (TRF2), Juíza Federal Bianca Stamato Fernandes (TRF2) e Advogada Cristiane Gatti

40 horas-aula
Válido para promoção e vitaliciamento
Curso compartilhado da Escola de Magistratura Federal da 2ª Região - EMARF

Inscrições: www.ead.trf1.jus.br/esmaf

Parceria com a Rede de Inteligência

Por meio da nova gestão, uma nova parceria foi firmada com a Rede de Inteligência do TRF1, coordenada pelo Desembargador Carlos Pires Brandão. Em decorrência desta parceria, a Esmaf passou a organizar, junto com a Rede de Inteligência, algumas das reuniões semanais de diálogos entre juízes, desembargadores, servidores e membros do Poder Judiciário e Ministério Público.

Para discutir a pauta “Unidade de Monitoramento e Fiscalização de decisões, deliberações e recomendações do Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos”, a Rede de Inteligência da 1ª Região (Reint1), em parceria com a Escola de Magistratura Federal da 1ª Região (Esmaf), realizou, no dia 5 de setembro, um encontro virtual com mais de uma centena de magis-

trados e magistradas da Justiça Federal.

Nessa reunião, participaram como convidadas a professora de Direito Constitucional Germana de Oliveira Moraes, que é desembargadora federal vice-presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5) e membro da Rede de Especialistas do Programa Harmonia com a Natureza da ONU; e a professora de Direitos Humanos Flávia Piovesan, que também já atuou como presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Ambas fazem parte do corpo docente da Escola de Magistratura Federal da 1ª Região.

Também foi convidado o mestre em direitos humanos e juiz auxiliar da presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) João Felipe Menezes Lopes.

Um dos objetivos principais das discussões foi justamente vislumbrar caminhos para lançar as bases para a implantação de uma unidade de monitoramento e fiscalização de decisões, deliberações e recomendações do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos no âmbito da 1ª Região.

Já na manhã do dia 9 de setembro, o professor equatoriano Patricio Pazmiño Freire, ex-juiz e ex-presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos foi o convidado da ESMAF para falar sobre Diálogo inter-cortes e controle de convencionalidade a magistrados de toda a 1ª Região. O momento de formação com o professor estrangeiro (que integra o corpo docente da Esmaf) foi promovido durante o 24º encontro da Rede de Inteligência da 1ª Região (Reint1).

No dia 19 de setembro de 2023, a Rede de Inteligência da 1ª Região (Reint1) e a Escola de Magistratura Federal da 1ª Região (Esmaf) promoveram um encontro formativo sobre Os desafios da implementação do juiz de garantias. O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Sebastião Alves dos Reis Júnior foi um dos convidados da reunião.

Tribunais de todo o país se mobilizam contra o tempo para concretizar a instituição do juiz de garantias: em agosto deste ano (2023), o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou o prazo máximo de 24 meses para implementação desse mecanismo do chamado “Pacote Anticrime”.

Para dar uma resposta eficiente, rápida e exemplar, a Reint1 e a Esmaf promoveram um encontro formativo sobre a questão. A ação reuniu dezenas de juízes e juízas federais.



Outra importante reunião da parceria Esmaf e Reint, com o tema POPULISMO PENAL Y A FALACIA DE LA SEGURIDAD (tendo como convidado especial o prof. Raffaele di Giorgi-Universidade de Salento-Itália), ocorreu em 10 de outubro de 2023. No encontro, o convidado propôs aos juízes e juízas federais presentes a reflexão sobre o populismo penal e a falácia da segurança a partir da compreensão do conceito de povo. Para isso, apresentou algumas das principais concepções e análises históricas e filosóficas dos últimos séculos relacionadas ao assunto.

Seminário “O Judiciário na Sociedade Digital” - O acesso à justiça digital pode ser uma ferramenta para promover pacificação e inclusão na sociedade. Mas como isso é possível e aplicável ao contexto brasileiro? Para tentar responder a essa pergunta, a Escola da Magistratura Federal da 1ª Região (Esmaf) e a Rede de Inteligência da 1ª Região (Reint) promoveram um seminário para discutir as possibilidades e os desafios do acesso digital com magistrados e demais agentes da Justiça, em encontro formativo na manhã do dia 26 de setembro, no auditório da Esmaf, em Brasília/DF.

A fusão de objetivos globais e desafios locais que permeiam a atividade dos magistrados federais na era da cultura digital foi o que motivou o tema do encontro, intitulado “Acesso à Justiça Digital: vencendo a exclusão”. Quem explicou foi a desembargadora federal Gilda Sigmaringa Seixas, coordenadora da Esmaf 1ª Região e responsável pela abertura do evento, que falou sobre o comprometimento brasileiro com a Agenda 2030 da

**POPULISMO PENAL
Y LA FALACIA DE
LA SEGURIDAD**
(evento on-line)

Professor, Sociólogo e Jurista
RAFFAELE DE GIORGI

Professor Emérito da Università Del Salento – Itália
Coordenador e fundador do Centro de Estudos sobre o Risco (Centro di Studi sul Rischio). Doutor em Filosofia na Universidade Roma La Sapienza.

11H
10/10
2023

COORDENAÇÃO-GERAL:
Desembargador Federal Ney Bello (debatedor)
Desembargadora Federal Gilda Sigmaringa Seixas (Diretora da ESMAF TRF)
Desembargador Federal Carlos Augusto Pires Brandão (Coordenador da Rede de Inteligência – TRF1)
Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso (Sistcon)
Desembargador Federal Néviton Guedes (Corregedor Regional da JF1)
Desembargador Federal Roberto Carvalho Veloso

ESMAF
REINTI
NUGEPNAC
Núcleo de Desenvolvimento de Procedimentos e Ações Coletivas

**ACESSO À
JUSTIÇA DIGITAL:**
vencendo a exclusão

Local: Auditório da Escola de Magistratura Federal da 1ª Região
(Evento híbrido: haverá transmissão simultânea pela plataforma Teams)

26/09/2023 – 10h às 12h

COORDENAÇÃO-GERAL:
Desembargadora Federal Gilda Sigmaringa Seixas (Diretora da ESMAF TRF)
Desembargador Federal Carlos Augusto Pires Brandão (Coordenador da Rede de Inteligência – TRF1)
Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso (Sistcon)
Desembargador Federal Néviton Guedes (Corregedor Regional da JF1)
Desembargador Federal Carlos Roberto Veloso

COORDENAÇÃO EXECUTIVA DO EVENTO:
Juiz Federal Rafael Leite Paulo
Juiz Federal Ilan Presser (Coordenador-Pedagógico da ESMAF)

Organização das Nações Unidas – em especial o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 16. Para a coordenadora da Esmaf, os avanços da globalização podem servir para acelerar a correção de desigualdades regionais ou locais do Brasil. Além disso, no âmbito do Judiciário, a justiça digital é ferramenta para resposta tempestiva de pedidos, independentemente da localização do requerente.

Esmaf e Enfam promovem debate sobre liberdade de expressão, redes sociais e combate à desinformação

Liberdade de expressão, redes sociais e combate à desinformação foram os temas do primeiro painel do Seminário “O Judiciário na Sociedade Digital”, promovido dia 26 de setembro, pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), com apoio da Escola de Magistratura Federal da Justiça Federal da 1ª Região (Esmaf/TRF1) e realizado na sua sede, em Brasília/DF.

A vice-diretora da Esmaf, desembargadora federal Daniele Maranhão, abriu o seminário dando boas-vindas aos painelistas e participantes do evento. Para a magistrada, o momento é de grande importância por abordar um tema que cuida da sociedade digital. Em seguida, representando a Enfam, o juiz federal do TRF5, Júlio Coelho, destacou o papel fundamental da Escola Nacional em trazer para o Judiciário o debate da realidade atual.



CONVERSA COM O JUDICIÁRIO

A regulação da atividade seguradora e o mercado ilegal de proteção veicular

Em 29 de setembro de 2023, com a presença do Ministro do STJ Gurgel de Faria, a Esmaf promoveu um evento em parceria com a Revista Justiça & Cidadania e foi palco de debates sobre os caminhos para vencer o risco do mercado ilegal de seguros automotivos.

Em um país como o Brasil, com uma frota registrada de 60 milhões de carros, apenas 30% estão segurados. Dentro do universo de pessoas em busca de alguma garantia para proteger os seus bens automotivos, surgiu no mercado a chamada “proteção veicular”, produto polêmico que permeia o campo de irregularidade e da ilegalidade.



Roda de conversa - Juntos pela pessoa com deficiência



Participe da Roda de Conversa

JUNTOS PELA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Unir a informação, desenvolver meios de inclusão para pessoas com deficiência e garantir a acessibilidade é do interesse de todos.

Dia 21 de setembro

Das 15h às 17h
Via canal da TRF1 no YouTube

Contato: Kátia Balbino
Coordenadora

ESMAF/TRF1
Seção Judiciária do Distrito Federal

Para celebrar o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, o TRF1, em parceria com a Escola da Magistratura Federal da 1ª Região (Esmaf), promoveu a Roda de Conversa “Juntos pela pessoa com deficiência” no dia 21 de setembro, por meio do canal do Tribunal no YouTube.

O evento teve como objetivo sensibilizar todo o corpo funcional da Justiça Federal da 1ª Região para a importância da política de “acessibilidade e inclusão” no ambiente de trabalho. Acolhimento, direitos, tipos de barreiras enfrentadas, cotidiano de pessoas com deficiência e os meios para transpor o capacitismo foram os

temas abordados no encontro, norteados pela Resolução 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a qual dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário.

A abertura do evento foi conduzida pela presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do TRF1 (Copaci), desembargadora federal Kátia Balbino, especialista em Saúde Pública, mestre em Direito com especialização em Acesso à Justiça pela Universidade de Montreal e coordenadora do Núcleo Regional da Esmaf/TRF1, na Seção Judiciária do Distrito Federal.

Mulheres inspiradoras: em prol da saúde e contra o assédio

O evento “Mulheres inspiradoras em prol da saúde e contra o assédio”, aconteceu na Esmaf, em Brasília/DF, e reuniu autoridades de diversas áreas da Justiça, Saúde, Educação, entre outras. Na abertura do encontro, a diretora da Esmaf e então presidente da Comissão TRF1 Mulheres, desembargadora federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) Gilda Sigmaringa Seixas, manifestou gratidão às palestrantes convidadas, que aceitaram convite para tratar de um tema que considera muito sensível. “Para nós é uma enorme alegria e grande satisfação ter a presença de todas essas mulheres, ícones e expoentes nos dias atuais, que representam tão bem as mulheres incríveis e inspiradoras que entraram para nossa história”, afirmou a desembargadora federal.

Em memória de um resgate histórico e valorização das participações contemporâneas, ela citou nomes relevantes para o contexto das discussões sobre igualdade de gênero e sobre inspirações femininas, como Dandara, Marie Curie, Simone de Beauvoir, Nise de Silveira, Ruth Bader Ginsburg, Rita Lobato, Zilda Arns e Malala Yousafzai. Também fez um breve apanhado sobre as principais conquistas das mulheres brasileiras ao longo do tempo, citando desde a liberação para frequentar escolas em 1827 até a mais recente aprovação da Resolução nº 525/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre uma ação afirmativa de gênero, visando garantir o acesso das magistradas aos tribunais de 2º grau.



Este evento contou com importantes palestrantes: a médica e professora brasileira Margareth Dalcomo, que desempenhou relevante papel no período mais acentuado da pandemia da Covid-19 e que ficou responsável pela primeira palestra do encontro da Esmaf; a presidente da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Federais (ANADEF), Luciana Dytz; a procuradora da Fazenda Nacional Lana Borges Câmara, sobre “Pink tax e tributação: repercussão na saúde das mulheres”; a procuradora federal Simone Schnorr; a parlamentar Érika Kokay; a advogada Nildete Santana, da Comissão OAB Mulher/DF e a juíza federal da SJDF, Rosymaire Gonçalves de Carvalho.

Justiça Climática e Direitos Humanos: perspectivas global, regional e local

Com essa reflexão principal, autoridades do Judiciário brasileiro e de outros países reuniram-se, no dia 19 de outubro, em evento na sede do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM), em Manaus.

Em parceria com a Escola de Magistratura Federal da 1ª Região (Esmaf), o Seminário “Justiça Climática e direitos humanos: perspectivas global, regional e local” discutiu, entre outros pontos, a adequação da legislação brasileira aos tratados internacionais relativos à garantia dos direitos humanos sob a ótica da justiça climática.

Em seu discurso durante a solenidade de abertura do evento, a diretora da Esmaf, desembargadora federal Gilda Sigmaringa Seixas, destacou que “a Amazônia não é só um grande desafio do Brasil, mas também o grande desafio do planeta pois reconhecemos o papel da região para o equilíbrio climático global”. Para a magistrada, todo e qualquer modelo de desenvolvimento na região deverá garantir condições dignas de vida para uma população de 29 milhões de habitantes. “São indígenas, caboclos, ribeirinhos, homens do campo e da cidade que precisam produzir de forma sustentável e ter uma retribuição financeira justa”, avaliou.



“Longevidade das constituições: enraizamento cultural, flexibilidade e a interpretação dos juízes”

Em mais um fruto do processo de internacionalização da ESMAF, em 27 de outubro de 2023, foi promovido um grande evento, em parceria com a Sorbonne Université, em Paris, tendo como palestrantes convidados, o Ministro do STF, Dias Toffoli e o Professor francês Xavier Philippe, incrementando a formação dos magistrados e marcando a ação como um momento especial para celebrar as ricas trajetórias das atuais constituições da França e do Brasil.

Na abertura do curso, a diretora da Esmaf, desembargadora federal Gilda Sigmaringa Seixas, referiu-se à formação como um momento especial para celebrar as ricas trajetórias das atuais constituições da França e do Brasil, que, segundo ela, representam as nações com suas estruturas únicas de profundo diálogo e aprendizado humano.

“O segredo da longevidade das constituições, tanto da França, que data de 1958, quanto do Brasil, de 1988, talvez resida não apenas na força normativa dos seus atos atuais, dos seus textos atuais, mas também nas reflexões constantes dos processos sobre a adaptabilidade e na capacidade de refletir sobre as aspirações dos cidadãos”, afirmou a diretora da Esmaf, ao salientar que ambas as constituições podem ser consideradas entre as mais longevas. Para a diretora da Esmaf, a longevidade das constituições reflete as vivências, os desafios e as superações da sociedade e das nações aspirantes a novos direitos (como os que proveem do avanço da tecnologia e da inteligência artificial) e também a velhos direitos (como o direito à igualdade de acesso e à dignidade humana).



“Em momentos em que os pilares de um estado são testados, é vital observar como as constituições nacionais resistem, se adaptam e se reinventam da crise financeira global ao avanço da tecnologia. Passando por pandemias e crises políticas, podemos afirmar que as constituições têm atuado como baluarte da democracia”, disse a magistrada. “Desejamos que a longevidade das duas constituições ora homenageadas seja regada pela efetividade de seus princípios e pela diminuição das desigualdades sociais”, concluiu a diretora da Esmaf.

Para a Aula Magna inaugural, apresentou-se o Ministro do STF, Dias Toffoli, que iniciou a sua fala dizendo que somos devedores do modelo francês, principalmente sobre a compreensão de um poder moderador no Brasil, resgatando um histórico desde antes dos tempos da ditadura militar, e comentou sobre os aspectos da constituição brasileira que agregam sistemas complexos como o francês e o norte-americano.

Dentre as inovações da Constituição Brasileira, o ministro do STF mencionou o papel atribuído ao Ministério Público Federal, diferente de outros diversos países no mundo inteiro, pois no Brasil o MPF vai muito além da defesa das instituições públicas.

Para o ministro, em nosso sistema constitucional, o Judiciário assume o papel de moderador, porque as cortes constitucionais exercem hoje papel de verdadeiro equilíbrio entre os demais poderes, atualizado e sem predomínio. “Não significa que a jurisdição é superior. Ao contrário, pela natureza específica de sua informação, será instrumento mais apto para garantir proteção dos direitos humanos, controle e tutela dos demais poderes”, destacou o ministro do STF. “A moderação é a arte da prudência”, encerrou o ministro.

Além do ministro, compuseram o dispositivo de honra do evento o representante da Presidência, vice-presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, desembargador federal Marcos Augusto de Sousa; a diretora da Esmaf, desembargadora federal Gilda Sigmaringa Seixas; o coordenador pedagógico da Esmaf, juiz federal Ilan Presser, e o coordenador de internacionalização, juiz federal Hugo Abas Frazão. E ainda, o corregedor regional da Justiça Federal da 1ª Região, desembargador federal Néviton Guedes; o conselheiro de cooperação da embaixada da França, François Legué; o professor titular da Université



Paris 1 Panthéon-Sorbonne, Xavier Felipe; e o vice-diretor da Escola Nacional de Magistratura (ENM) e desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Caetano Levi Lopes.

No segundo painel do curso, o professor Xavier enfatizou que todos os usuários da constituição fazem com que ela esteja viva e adaptada às circunstâncias que aparecem. “Os aspectos econômicos e sociais só são possíveis se a legislação for alterada e se ao longo do tempo forem inseridos novos direitos. A evolução e flexibilidade da constituição para a proteção dos direitos fundamentais diz respeito a todos, isto significa que uma constituição que não evolui, irá morrer”, destacou. E ressaltou que uma boa constituição deve ser funcional – já a função do juiz é fazer com que a constituição evolua, progrida e seja remetida ao constituinte quando necessário.

Participaram como debatedores os desembargadores federais Ítalo Fioravanti Sabo Mendes e Roberto Carvalho Veloso .

Instalação de Núcleo de Prática Restaurativa na SJMA

No dia 1º de dezembro foi realizado o seminário “Justiça Restaurativa: Inovação e Desafios na Jurisdição Federal” – uma parceria da Justiça Federal do Maranhão com a Esmaf.

Na mesma oportunidade, um novo Núcleo de Prática Restaurativa (NPR) foi instalado em dezembro de 2023, na Seção Judiciária do Maranhão (SJMA),

Participaram do seminário e da instalação do NPR a desembargadora federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) Maria do Carmo Cardoso, que é coordenadora do Núcleo de Práticas Restaurativas da Justiça Federal da 1ª Região (Nujures); o diretor da Seção Judiciária do Maranhão (SJMA), juiz



Federal Rubem Lima de Paula Filho; o coordenador do Centro Judiciário de Conciliação da Seção Judiciária do Maranhão, juiz federal Lino Osvaldo Sousa Serra Segundo; outras autoridades e convidados.

DIA DA MULHER

Reflexão sobre desafios e perspectivas para a igualdade

Em celebração do Dia Internacional da Mulher, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) sediou, no dia 8 de março de 2024, em sua sede em Brasília/DF, o evento “Os desafios e as perspectivas das mulheres na contemporaneidade”, organizado pela Comissão TRF1 Mulheres em parceria com a Escola de Magistratura Federal da 1ª Região (Esmaf).

O evento ocorreu de forma presencial com transmissão ao vivo pelo youtube da Escola, e a palestrante convidada foi a ministra do Superior Tribunal Militar (STM) Maria Elizabeth Rocha.



Escolas de Magistratura da 1ª e 2ª Regiões celebram acordo de cooperação técnica e acadêmica



A Esmaf e a Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região (Emarf) firmaram no dia 8 de março de 2024, um acordo de cooperação técnica e acadêmica. O documento foi assinado pela diretora da Esmaf, desembargadora federal Gilda Sigmaringa Seixas, e pelo diretor-geral da Emarf, desembargador federal Reis Friede, durante cerimônia na sede do TRF 1ª Região, em Brasília/DF.

O acordo tem como objetivo promover a cooperação técnico-científico-cultural, o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências, além da realização de publicações e, em especial, de atividades de natureza pedagógica visando à qualificação, aperfeiçoamento, disseminação do conhecimento jurídico e especialização técnica de magistrados das duas instituições.

Importante frisar também que, durante a sua gestão, a Desembargadora Gilda assinou outros dois importantes

convênios:

a) com a Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, por intermédio da Escola Nacional da Magistratura – ENM, com o objeto de organização e realização conjunta de cursos, palestras, seminários, fóruns de debate, grupos de pesquisa, workshops, elaboração e publicação de artigos científicos e indicação de docentes, conferencistas e palestrantes e;

b) com o Poder Judiciário do Peru, devidamente representado pelo seu Presidente, o Juiz Javier Arévalo Vela, com o objetivo de unir esforços e estabelecer relações de apoio e cooperação para contribuir com a segurança jurídica dos países, além de acordarem uma colaboração que permita alcançar maiores níveis de agilidade e eficiência no exercício jurisdicional, auxiliando assim no cumprimento dos propósitos e objetivos institucionais de cada uma das partes, dentro do escopo de suas funções e competências.

“Gestão Judicial 360°: operações e pilares para unidades eficientes”

No dia 18 de março de 2024 foi realizada a abertura do curso “Gestão Judicial 360°: operação e pilares para unidades eficientes” promovido pela Escola de Magistratura Federal da 1ª Região (Esmaf) em parceria com a Corregedoria Regional da Justiça Federal da 1ª Região (Coger). A aula inaugural ocorreu em formato híbrido - presencial e on-line - transmitida pelo canal da Escola no YouTube e foi ministrada pela diretora da Esmaf, desembargadora federal Gilda Sigmaringa Seixas; pelo corregedor regional da Justiça Federal da 1ª Região, desembargador federal Néviton Guedes, e pela vice-diretora da Esmaf, desembargadora federal Daniele Maranhão.

A capacitação tem carga horária de 36 horas e é voltada para magistrados, assessorias de gabinetes e gestores. O objetivo do curso é dotar os participantes de ferramentas e habilidades que aprimorem a gestão judicial com práticas pautadas pelos valores de eficiência, transparência, inovação e celeridade. Com a coordenação da desembargadora federal Gilda Sigmaringa Seixas, diretora da Esmaf, e tutoria dos juízes federais Ilan Presser e Hugo Abas Frazão, o curso percorrerá pelo período de 20 de março a 24 de abril, na modalidade EaD, por meio das plataformas Teams e Esmaf.

O Curso “Gestão Judicial 360°: operação e pilares para unidades eficientes”, uma colaboração entre a Escola de Magistratura Federal da Primeira Região e a Corregedoria Regional da Justiça Federal da Primeira Região, representa uma abordagem diferenciada para a capacitação de juízes



titulares, juízes substitutos e, em circunstâncias específicas, servidores judiciários em posições de liderança. Esse curso foi estrategicamente projetado para dotar seus participantes com insights e ferramentas cruciais para aprimorar a gestão judicial, enfatizando a necessidade de adotar práticas de gestão que se alinhem com os valores de eficiência, transparência, inovação e celeridade, essenciais no cenário judicial atual.

Inicialmente, o curso se concentra em estabelecer uma base sólida sobre os princípios da gestão judicial, distinguindo-a de outras formas administrativas e enfatizando a importância de uma abordagem holística. Esse segmento, apoiado no método de gestão 360°, se desdobra em quatro pilares de abordagem: pessoas, conhecimento, acervo e resultados, garantindo uma visão abrangente e multidimensional da gestão judicial. Essa introdução é vital para entender como cada elemento da gestão judicial se interconecta e contribui para o funcionamento eficiente das unidades judiciais.

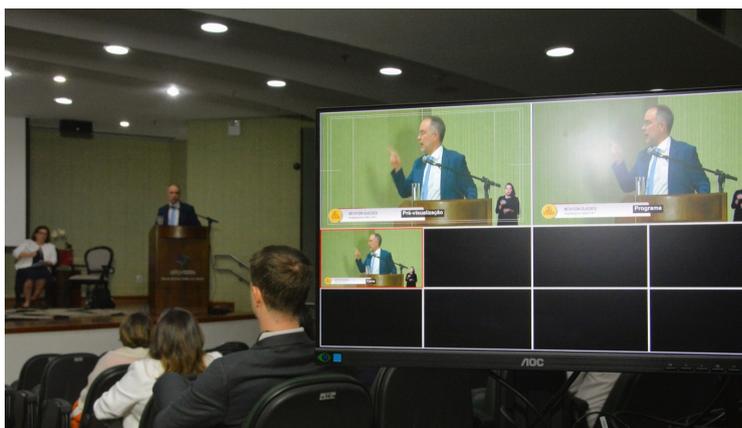
Um dos destaques do curso é a apresentação do Projeto “Plusing-Trilhas de Aprendizagem Contínua”, idealizado pela servidora Nismeire Aparecida Cândido de Medeiros e patrocinado pela Desembargadora Federal Gilda Sigmaringa Seixas, para atender às demandas e necessidades do Gabinete Tributário assumido pela Magistrada, em dezembro de 2020, na época da pandemia de COVID. Foi desenvolvido e customizado para o gabinete pelos Instrutores Formadores da própria unidade (José Habib Fraxe Junior, Ronan Fernandes Teixeira e Nismeire Aparecida Cândido de Medeiros). O resultado do treinamento foi agregador e a Desembargadora Gilda decidiu ofertá-lo/disponibilizá-lo em janeiro/2023 para o Presidente do TRF1- Desembargador Federal José Amílcar, com a finalidade única de disseminar a ideia e auxiliar os novos gabinetes do Tribunal, especialmente os Tributários. A pretensão foi de colaborar, trocar experiências e boas práticas com os demais gabinetes e servidores e lançar a “semente” para implantação de “Trilhas

de Aprendizagem Contínua” que devem ser formalizadas pelas Escolas da Magistratura e pelos Recursos Humanos da Justiça Federal.

O curso também se destaca pelo seu enfoque nas estratégias de gestão, especialmente no que se refere às especificidades da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 1ª Região. Através da análise SWOT adaptada ao contexto judicial, os participantes são capacitados a desenvolver e implementar planos de gestão que não apenas atendam às necessidades internas, mas também considerem influências externas, como mudanças legislativas e desenvolvimentos tecnológicos. Além disso, uma ênfase particular é colocada na gestão de pessoas e na estruturação das unidades judiciais. Esse módulo aborda a cultura organizacional, o desenvolvimento profissional contínuo e a gestão da diversidade e inclusão, aspectos que são fundamentais para criar um ambiente de trabalho produtivo e harmonioso.

Por fim, a apresentação de casos de sucesso e a discussão de estudos de caso proporcionam aos participantes uma oportunidade única de aprender com exemplos práticos e reais. Essa passagem do curso não apenas ilustra a aplicação das teorias, mas também promove um espaço para re - flexão crítica, compartilhamento de boas práticas e benchmarking, incentivando assim uma cultura de melhoria contínua.

O curso “Gestão Judicial 360º”, portanto, é uma oportunidade excepcional de desenvolvimento profissional para os envolvidos no sistema judiciário brasileiro. Com sua abordagem holística e prática, o curso prepara os participantes para enfrentar os desafios da gestão judicial e liderar processos de mudança e inovação, contribuindo significativamente para a eficiência e eficácia do sistema judiciário brasileiro. Prioriza também a possibilidade de desenvolver uma compreensão abrangente e aprofundada sobre os princípios, estratégias e técnicas eficazes de gestão judicial, capacitando os participantes para implementar práticas inovadoras, eficientes e éticas em unidades judiciais, alinhadas às diretrizes da Estratégia Nacional do Poder Judiciário e às necessidades contemporâneas do sistema judiciário.



I Seminário Científico - O Humanismo na Administração da Justiça - Na tarde do mesmo dia, 18 de março de 2024, o núcleo da Esmaf na Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF) lançou o 1º Seminário Complementar ao curso de gestão judicial, que será periodicamente oferecido pelos núcleos da Esmaf nas seções judiciárias da 1ª Região. A abertura da conferência foi conduzida pela juíza federal Raquel Soares Chiarelli, coordenadora da Esmaf na SJDF. O professor titular do Departamento de Filosofia da Universidade de Barcelona, Gonçal Mayos Solsona, e o professor e pesquisador do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), André Luiz Freitas Dias, conduziram as palestras que foram amplamente debatidas pelos magistrados presentes.

Coordenadores da Esmaf nas Seções Judiciárias se reúnem para traçar estratégias na formação judicial

Os coordenadores seccionais da Escola de Magistratura Federal da 1ª Região reuniram-se no dia 18 de março de 2024, na sede da instituição, em Brasília/DF, para definição de estratégias pedagógicas e modos de operação das atividades da Escola. O encontro foi uma iniciativa da diretora da Esmaf, desembargadora federal Gilda Sigmaringa Seixas, e é o primeiro a ocorrer nesse formato, consolidando a instituição como um espaço democrático para geração e intercâmbio de novas ideias.



O encontro seguiu as diretrizes do Plano de Ação da Esmaf 2023-2025, “Gestão Judicial 360º”, e teve como foco o desenho e a programação de seminários, cursos e grupos de pesquisa que inovem no aprimoramento do conhecimento dos juízes, fortaleçam as perspectivas socioculturais locais, estimulem atividades de pesquisas e coletem

dados relevantes para a atividade judicial e as tendências globais de atuação judicial.

Assim, o plano busca ainda enriquecer competências técnicas e fomentar diversidade de visões e metodologias, considerando os diferentes tipos de dificuldades para a prestação jurisdicional na abrangência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

SEMINÁRIO

Seminário sobre reforma tributária é realizado na Bahia

A Escola de Magistratura Federal da 1ª Região (Esmaf/TRF1) promoveu, no dia 15 de março de 2024, o seminário “A Reforma Tributária” no auditório Ministro Dias Trindade, localizado na sede da Justiça Federal da Bahia, em Salvador. O evento foi realizado em parceria com o núcleo local da Escola de Magistratura da Seção Judiciária da Bahia.

O seminário reuniu especialistas sobre o tema para discutir os impactos da Emenda Constitucional nº 132/2023 no ordenamento tributário e na atuação da Justiça Federal.



Inteligência Artificial é destaque no início da 7ª edição do Enastic

Com o objetivo de conhecer e refletir sobre as tendências tecnológicas que moldarão o futuro da Justiça Federal, teve início nessa segunda-feira, dia 1º de abril, a 7ª Edição do Encontro Nacional de Tecnologia e Inovação da Justiça Federal (Enastic).

O evento, recepcionado desta vez pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília/DF, reúne gestores de todos os TRFs do país, bem como de suas unidades judiciais vinculadas. Os impactos, desafios e potenciais da Inteligência Artificial na Justiça Federal foram um dos destaques do primeiro dia do encontro.

Abertura - A abertura oficial do encontro contou com a participação da desembargadora federal do TRF1 Gilda Sigmaringa Seixas, atual diretora da Esmaf, que ainda representou o presidente do TRF1 no encontro, o desembargador federal Amilcar Machado. Ressaltando o papel do ambiente colaborativo e privilegiado, ela lembrou que a ideia por trás do Enastic é refletir coletivamente sobre o uso da tecnologia no Poder Judiciário. “Se por um lado há um potencial de ampliar para a eficiência e a geração de resultados na administração da Justiça, por outro lado há também uma reflexão sobre os debates éticos, sobre a segurança da tecnologia da informação e o tratamento adequado dos dados”, lembrou a diretora da Esmaf.

“Com o avanço tecnológico e a transformação digital, a Escola de Magistratura Federal da 1ª Região reconhece a importância de incorporar as tecnologias e sediar esse evento em seus programas de formação. As escolas judiciais estão desenvolvendo iniciativas para capacitar profissionais do direito nas áreas de Inteligência Artificial, análise de dados, automação em processos, segurança da informação e outras tecnologias relevantes para o campo jurídico”, afirmou a magistrada.



Os temas governança e proteção de dados na era da inteligência artificial, bem como a alfabetização dos dados, a aplicação da IA ao direito e os impactos da IA generativa na Justiça, previstos na programação do Enastic, também foram destacados no discurso de abertura da diretora da Esmaf.

I Jornada dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região busca soluções inovadoras para repensar a atuação dos JEFs

Promovida pela Coordenação dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região (COJEF) em parceria com a Escola da Magistratura Federal da 1ª Região (ESMAF), a 1ª Jornada teve o objetivo de proporcionar uma análise crítica de propostas relacionadas ao direito processual e material aplicável aos juizados especiais federais e de inovações relacionadas ao tema para proporcionar mais eficiência e celeridade à prestação jurisdicional.

A ideia do evento foi analisar, votar e aprovar propostas de enunciados doutrinários e reconhecer boas práticas relacionadas à simplificação de fluxos das fases de conhecimento e de execução, à abertura mais humanizada do acesso à justiça, à eficiência das saídas processuais, bem como à incorporação das novas tecnologias e de temas como gestão e governança judiciárias ao sistema dos juizados, além de outros assuntos correlatos, conforme matérias associadas às cinco comissões de trabalho previamente estabelecidas.

O evento dividiu-se em dois momentos. No dia 15 de abril, os participantes se reuniram em grupos na sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região para debater os seguintes temas: i) Acesso à Justiça e Inclusão Digital; ii) Modernização Processual e Tecnológica; iii) Instrução Processual e Soluções ao Conflito; iv) Efetividade da Execução Judicial: proposição de medidas inovadoras para garantir a efetividade das execuções judiciais nos Juizados Especiais Federais da 1ª



Região, incluindo o uso de meios executivos atípicos para assegurar o cumprimento das decisões; v) Competência, Gestão de Processos e Governança Judiciária. No dia seguinte, realizou-se a sessão plenária no auditório do Tribunal, com a presença de todos os participantes, que debateram de forma aberta e respeitosa e aprovaram 30 (trinta) enunciados.

Houve ainda a divulgação do repertório de boas práticas, descritas com a identificação de suas características e de seus responsáveis no intuito de difundir boas ideias que contribuem para solucionar problemas da gestão de milhares de processos que tramitam nas varas dos juizados especiais federais, dando destaque às soluções inovadoras que os agentes dos sistemas de justiça têm adotado para aprimorar o acesso à justiça. Deu-se ainda especial atenção às reuniões da Rede de Inteligência da Justiça Federal da 1ª Região, dedicadas a identificar problemas e buscar soluções relacionadas ao papel institucional da justiça, especialmente no que se refere ao sistema JEF, que recebe demandas de pequenas causas em muitas ocasiões propostas por trabalhado-

res rurais em regime de economia familiar, pessoas de baixa renda ou até em situação de rua.

O diálogo entre a produção científica e a aplicação concreta do direito enriquece o exercício da função jurisdicional. Da mesma forma, a associação entre o conhecimento e a prática da atividade de decidir exige estudos e aprofundamentos que resultam na produção científica. De fato, o processo de aprendizagem é infinito, demanda que se esteja sempre a percorrer a espiral do conhecimento e de sua aplicação concreta em um ciclo virtuoso que aprimora o exercício da judicatura e atende melhor aos anseios da sociedade.

Nesse sentido, a Jornada dos Juizados Especiais Federais foi um convite à reflexão intelectual e à criatividade como forma de aprimoramento dos Juizados Especiais Federais e quer permanecer, ano a ano, como um espaço adequado para a construção de algum consenso sobre a gestão de processos nos juizados e o acesso a uma justiça simples, fornecendo importantes diretrizes que auxiliarão intérpretes e aplicadores do direito. No presen-

te caderno de trabalhos, o leitor passará por todos os estágios de atividades relacionados ao evento ocorrido nos dias 15 e 16 de abril, inclusive, certas passagens textuais — como os pronunciamentos dos coordenadores gerais e científicos, e a divulgação de boas práticas — contêm passagens transcritas, porém adaptadas para facilitar a sua leitura. Em síntese, trata-se de um registro desse belíssimo evento, em sua primeira edição, e busca inspirar o bom uso da criatividade, a gestão participativa e eficiente, além de valorizar e disseminar práticas bem-sucedidas nos Juizados Especiais Federais da 1ª Região.





WEBINÁRIO

SEMINÁRIOS INTERNACIONAIS
SOBRE CONSTITUCIONALISMO DIGITAL

Os desafios do constitucionalismo nas sociedades digitais:

ASPECTOS DE COMPARAÇÃO JURÍDICA

22/05 2024

9h-13h (4h/a)

Coordenação internacional:
Professor Xavier Philippe (Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne)

Coordenação brasileira:
Desembargadora Federal Gilda Sigmaringa Seixas (Vice-Presidente do TRF1)

Abertura: Desembargador Federal Jamil de Jesus Oliveira (Diretor da Esmaf/TRF1)
Introdução: Juiz Federal Mateus Benato Pontalti (Esmaf/TRF1)

Palestrantes:

- Juiz Federal Hugo Abas Frazão (Esmaf/TRF1)
- Professor Xavier Philippe (Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne)
- Professor Roberto Hung (Universidade da Venezuela, Caracas)
- Dr Newton Tavares (Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne)

Organização:





Evento em francês com tradução para português

<https://www.youtube.com/c/ESMAFTRF1aRegiao>
(Mais informações pela plataforma: ead.trf1.jus.br/esmaf)

WEBINÁRIO

SEMINÁRIOS INTERNACIONAIS
SOBRE CONSTITUCIONALISMO DIGITAL

DINÂMICAS ATUAIS DA JUSTIÇA CONSTITUCIONAL

23/05 2024

10h30-14h30 (4h/a)

Coordenação internacional:
Professor Romano Orrù (Universidade de Teramo)

Coordenação brasileira:
Desembargadora Federal Gilda Sigmaringa Seixas (Vice-Presidente do TRF1)

Abertura: Desembargador Federal Jamil de Jesus Oliveira (Diretor da Esmaf/TRF1) e Juiz Federal Mateus Benato Pontalti (Esmaf/TRF1)
Introdução: Professor Romano Orrù (Coordenador de Doutorado GIASDI - Universidade de Teramo)

Palestrantes:

- Pesquisador Andrea Gatti (Universidade de Teramo)
- Juiz Federal Hugo Abas Frazão (Esmaf/TRF1)

Organização:





Evento em italiano com tradução para português

<https://www.youtube.com/c/ESMAFTRF1aRegiao>
(Mais informações pela plataforma: ead.trf1.jus.br/esmaf)

Cursos realizados por outras escolas/instituições com participação/ parceria/apoio/custeio de magistrados pela ESMAF:

- Teoria e Prática dos Precedentes Judiciais no Brasil (online via Teams) - Realização: ESMAF/TRF1 e CEDAP - Data: 15 a 17/08/2023;
- Webinar: Roda de Conversa “Juntos pela pessoa com deficiência” Realização: ESMAF e CEDAP (online via Teams) - Data: 21/09/2023;
- Seminário Internacional Justiça Climática e Direitos Humanos – Realização: Parceria entre ESMAF, ESMAF, CNJ, MAX PLANCK INSTITUTE, ENFAM Data: 19/10/23; (Desembargadora Gilda participou na abertura);
- Curso: Políticas Públicas de Acesso à Justiça e Proteção dos Direitos Humanos na América Latina e Caribe - Realização: Parceria entre EMARF/TRF2 e ESMAF/TRF1 (online – EAD – plataforma EMARF) - Dr. Hugo Abas Frazao foi professor e fez os contatos com juizes estrangeiros;
- I Simpósio sobre Pessoas e Povos Índigenas – Com ênfase nas Resoluções 287 e 299/2019 e 454/2022 do CNJ - Realização: ESMAF em parceria com CJF e TJRR - (Desembargadora Gilda participou na abertura);
- 1ª Cúpula Judicial Ambiental da Amazônia - Juizes e Florestas - Realização: CNJ Período: 04 a 05/08/2023 - Local: Belém/PA (custeio de magistrados)
- Equidade Racial - Realização: ENFAM Período: 28 a 31/08/2023 Local: Brasília-DF (custeio de magistrados)
- Mulheres na Justiça: Novos Rumos da Resolução CNJ n. 255 - 2ª edição - Realização: ENFAM - Período: 30 a 31/08/2023 - Local: Brasília-DF (custeio de magistrados)
- Curso Combate à Alta Litigiosidade Tributária - Realização: ENFAM - Período: 14 a 15/09/2023 Local: Brasília-DF (custeio de magistrados)
- III Jornada de Direito Processual Civil - Realização: CJF - Período: 21 a 22/09/2023 (custeio de magistrados)
- Encontro Nacional de Formadores da ENFAM - Brasilia - dias 27 e 28.02.2024 (custeio de magistrados)
- 3º Encontro do Colégio de Ouvidorias Judiciais das Mulheres /COJUM - Macapá/AP - 07 e 08.03.2024 (custeio de magistradas)
- FOFO N1M1 - dias 20 a 22.03.2024 - Brasília-DF – ENFAM (custeio de magistrados)
- FONACRIM- 25 e 26.04.2024 - Foz de Iguaçu – AJUFE (custeio de magistrados)
- I Encontro Regional de Juizes da Rede Internacional da Haia - América Latina e Caribe, que será realizado nos dias 15 a 17/05/2024, no Rio de Janeiro (custeio de magistrados)
- I Jornada de Direito da Saúde, que será realizado na cidade Brasília, nos dias 13 e 14 de junho de 2024 (custeio de magistrados).
- Seminário Justiça Restaurativa: Inovação e Desafios na Jurisdição Federal. Realização: ESMAF e SJMA (Núcleo Regional da ESMAF na SJMA). Coordenação: Juiz Federal Ivo Anselmo Hohn Junior.
- I Jornada de Direito da Saúde, que será realizada pelo CJF, CNJ e Enfam, nos dias 13 e 14 de junho de 2024.
- I Encontro Regional de Juizes da Rede Internacional da Haia - América Latina e Caribe, que será realizado nos dias 15 a 17/05/2024, no Rio de Janeiro, organizado pelo TRF2.

No final de sua gestão, a Desembargadora Federal Gilda Sigmaringa Seixas, deixa 4 projetos de EAD prontos, enviados para credenciamento na ENFAM.

1- JULGAR COM PERSPECTIVA DE GÊNERO: PROTOCOLO PARA ATUAÇÃO DE MAGISTRADOS E MAGISTRADAS FEDERAIS

A Resolução n.º 492/2023 do CNJ determina a adoção da perspectiva de gênero nos julgamentos e órgãos do Poder Judiciário, sendo que os tribunais, com a colaboração das escolas judiciais, deverão promover cursos de formação inicial e continuada que incluam o conteúdo do protocolo, com periodicidade mínima anual.

Na parte inicial do ato normativo, o CNJ invocou os preceitos constitucionais e convencionais que garantem a igualdade entre homens e mulheres e vedam qualquer ato discriminatório baseado no gênero e na raça (art. 3º, IV e art. 5º, I, da Constituição Federal, a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW –, Convenção de Belém do Pará e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial). Além disso, há menção aos dispositivos convencionais e recomendações do Comitê CEDAW, da Organização das Nações Unidas (ONU), que dispõem sobre o dever de promoção de capacitação de todos/as atores/atrizes do sistema de justiça a respeito da violência institucional de gênero, dever, aliás, ratificado na sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) prolatada de 07 de setembro de 2021, no caso *Márcia Barbosa de Souza e outros vs. Brasil*.

Portanto, o Brasil, como signatário de tais documentos internacionais e parte condenada pela CIDH, tem o dever de difundir junto aos seus órgãos jurisdicionais a perspectiva de gênero, a fim de que o Poder Judiciário não protagonize episódios de violência institucional de gênero.

Além da Resolução 492/2023, outros regulamentos no âmbito do CNJ trouxeram a pauta de gênero para a discussão sobre a desigualdade entre homens e mulheres. A Resolução nº 255/2018 instituiu a Política Nacional de Incentivo à Participação Feminina no Poder Judiciário e, com a alteração feita pela Resolução nº 540/2023, previu a participação equânime de homens e mulheres, em interseccionalidade com raça e etnia, nos órgãos do Poder Judiciário, incluindo na indicação de juízes e juízas auxiliares, na composição de comissões, na designação de cargos de chefia e assessoramento, na composição de mesas em eventos institucionais, na contratação de estagiários e de empresas de serviços terceirizados.

A Resolução 255/2018 trouxe ainda o Repositório Nacional de Mulheres Juristas, de forma a difundir e viabilizar a participação feminina.

Já em setembro de 2023, foi editada a Resolução nº 525, que alterou a Resolução nº 106/2010 do CNJ, para prever a paridade de gênero no acesso aos tribunais de 2º grau.

Diante disso, justifica-se a presente proposta de curso para que os magistrados e as magistradas federais tenham a oportunidade de tomar conhecimento e/ou refletir sobre as diversas implicações que a categoria gênero e suas interseccionalidades geram na sociedade, inclusive no Poder Judiciário, aplicando, de forma adequada, o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero no âmbito do processo civil, penal e no direito previdenciário.

Coordenação e Tutoria: Juízas Federais Raffaella Cássia de Sousa, Mara Lina Silva do Carmo e Clara Mota Santos Pimenta Alves.

2- CURSO DE CAPACITAÇÃO INICIAL PARA ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO E DA DISCRIMINAÇÃO

Por meio da Resolução nº 351, de 28 de outubro de 2020, o Conselho Nacional de Justiça instituiu a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual e de Todas as Formas de Discriminação. Para efetivação dos seus princípios e diretrizes, os tribunais e as respectivas escolas de formação deverão prever em seus currículos e itinerários formativos o tema da prevenção e enfrentamento da discriminação e do assédio moral e sexual no trabalho, bem como do respeito à diversidade e outros conteúdos correlatos, relacionando-os com os processos de promoção à saúde no trabalho (art. 4º, IV).

Em agosto de 2023, foi incluído um “Plano de Ação Formativa” no Anexo I da referida resolução, reconhecendo que a implementação de um conteúdo mínimo de capacitação inicial se faz necessário e altamente justificável, sendo recomendável que os integrantes das comissões recebam uma formação obrigatória sobre prevenção e enfrentamento do assédio sexual, assédio moral e discriminação. Ao final do curso, os/as magistrados/as discentes estarão capacitados/as a iniciar o plano de efetivação da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito da Primeira Região.

Coordenação e tutoria: Juízas Federais Laís Durval Leite e Mara Lina Silva do Carmo

Palestrantes: Juíza Federal Laís Durval Leite, Juiz Federal Rafael Lima da Costa e Advogada e Professora Mayra Cotta

3- CRIMINOLOGIA EM ZAFFARONI E MEDIDAS JUDICIAIS AO CONTROLE DO ENCARCERAMENTO INDISCRIMINADO

O curso “Criminologia em Zaffaroni e medidas judiciais ao controle do encarceramento indiscriminado” propõe uma abordagem integrada e crítica do Direito Penal e da Criminologia, destacando as inovadoras contribuições de Eugenio Zaffaroni. Esse foco é determinante na capacitação de magistrados federais para atuarem efetivamente no combate ao uso excessivo da prisão. Distinto por sua transdisciplinaridade, o programa une rigor teórico a prática reflexiva, explorando a influência das políticas de encarceramento nas dinâmicas judiciais e sociais contemporâneas. Assim, promove um diálogo essencial entre teoria e ação judicial, visando equipar os participantes com perspectivas críticas e ferramentas para revisar e moderar práticas de encarceramento.

A estrutura do programa traz a relevância da teoria de Zaffaroni para o desenvolvimento de uma visão crítica sobre as funções atribuídas à pena dentro do sistema jurídico. O programa contempla as principais Escolas Criminológicas, com análise crítica das vertentes e influências que contribuíram para a fundamentação teórica de Eugenio Zaffaroni.

O curso aborda ainda temas complexos como Colonização Punitiva e Totalitarismo Financeiro, reflexão profunda sobre as influências globais no direito penal e uma análise crítica das dinâmicas globais e seu impacto sobre o sistema jurídico brasileiro, ofertando às magistradas e aos magistrados um entendimento abrangente das forças que moldam as práticas penais na atualidade.

Por fim, o programa fala da Política Criminal Atuarial e seus Contornos Biopolíticos na Exclusão Penal, ampliando o escopo da discussão para incluir a interação entre as inovações tecnológicas e a política criminal.

O objetivo do curso é fomentar uma compreensão profunda da teoria de Zaffaroni em direito penal e criminologia, visando a aperfeiçoar a habilidade de análise, interpretação e aplicação crítica dos conceitos jurídicos, para enfrentar o encarceramento indiscriminado e contribuir para o avanço do sistema penal quanto ao controle dos fenômenos sociais contemporâneos.

Coordenação e Tutoria: Juízes Federais Ilan Presser, Hugo Abas Frazão e Lincoln Pinheiro Costa
Palestrantes: Desembargadores Federais Daniele Maranhão e Ney Bello, Juízes Federais Vladimir dos Santos Vitovsky e Saulo Casali Bahia, Professores Caio Patrício de Almeida, Juarez Cirino dos Santos, Maurício Dieter, Rebecca Lemos Igreja, Caetano Levi Lopes, Liziane Paixão Silva Oliveira.

4-PESQUISA EMPÍRICA NO CAMPO DO DIREITO

A compreensão do acesso à justiça e a função crucial do poder judiciário na salvaguarda dos direitos fundamentais constituem a pedra angular desta proposta de pesquisa. A relevância de estudos empíricos, a geração de dados substantivos e o monitoramento efetivo das ações judiciais emergem como elementos indispensáveis nesse processo. Este cenário é corroborado pela expansão observada em diversos núcleos de pesquisa, situados em uma gama de organizações, associações e instituições dedicadas ao exame e acompanhamento das operações judiciais.

Contudo, a execução bem-sucedida de um projeto de pesquisa, especialmente no âmbito jurídico e judicial, demanda uma reflexão crítica e o refinamento de técnicas e métodos que se alinhem de maneira coerente ao contexto institucional específico. Neste ínterim, focar a justificativa no âmbito da Justiça Federal, seus magistrados federais, servidores e demais colaboradores, que prestam justiça no ramo mencionado do Poder Judiciário e dependem de dados para realizar monitoramento, controle e avaliação dos seus métodos de trabalho a nível interno e externo, emerge como uma necessidade premente.

Desta forma, esta proposta almeja não apenas fornecer uma visão abrangente e detalhada do tema em questão mas também garantir a imersão dos participantes em um ambiente de aprendizado enriquecedor. Para tanto, contará com a contribuição de especialistas renomados na área, assegurando uma formação profunda e diversificada, capaz de equipar os pesquisadores com as competências necessárias para navegar e influenciar o panorama atual do poder judiciário e do acesso à justiça de maneira eficaz e inovadora.

Este projeto se apresenta, portanto, como uma oportunidade única de avançar no entendimento e na aplicação prática de abordagens empíricas no estudo do sistema judicial, contribuindo significativamente para a evolução do campo jurídico e para a promoção de uma justiça mais acessível e equitativa, com um enfoque particular nos desafios e necessidades específicos enfrentados pela Justiça Federal e seus integrantes.

O objetivo do curso é promover a capacitação em estruturação de pesquisas empíricas no contexto da Justiça Federal, abrangendo a elaboração de projetos de pesquisa, a escolha de metodologias pertinentes ao Direito e o monitoramento e avaliação de resultados gerados.

Coordenação: Juizes federais Ilan Presser e Hugo Abas Frazão

Tutoria: Juiz Federal Hugo Abas Frazão e Professoras Rebecca Lemos Igreja, Talita Tatiana Dias Rampin, Nathalia Vince Esgalha Fernandes.

Palestrantes: Professor Rebecca Lemos Igreja, Talita Tatiana Dias Rampin, Nathalia Vince Esgalha Fernandes e Juízes federais Adriana Alves dos Santos Cruz, Clara da Mota Santos Pimenta Alves, Hugo Abas Frazão e Edinaldo César Santos Junior

PLANO DE AÇÃO DA ESCOLA DE MAGISTRATURA FEDERAL DA 1ª REGIÃO GESTÃO 360º (BIÊNIO 2023-2025)

INTRODUÇÃO

Em um mundo em constante transformação, marcado por desafios complexos e multidimensionais, a Escola de Magistratura Federal da 1ª Região (ESMAF-TRF1) apresenta seu Plano de Gestão. Este plano é fundamentado no inovador modelo de "Gestão Judicial 360º". Para tanto, estruturamos o plano em torno de quatro pilares fundamentais: Pessoas, Conhecimento, Acervo e Resultado, os quais representam aspectos cruciais da nossa missão de fornecer uma formação judicial de alta qualidade.

Em coerência com essa missão, nossa visão é clara e objetiva: aspiramos a ser um centro de excelência em ensino jurídico. Este objetivo nos leva a um compromisso irrevogável com a formação de magistrados que são não apenas competentes e éticos, mas também sensíveis às necessidades de uma sociedade em constante evolução. Conseqüentemente, os valores que norteiam todas as nossas ações e decisões incluem ética, integridade, inclusão, diversidade e excelência.

O primeiro pilar do Plano de Ação, denominado "Pessoal", visa a construção de um ambiente acadêmico robusto e diversificado através de múltiplas estratégias. Inicialmente, foca em atender às necessidades formativas dos magistrados em formação, oferecendo um currículo e métodos pedagógicos que estejam alinhados com os desafios práticos e teóricos da magistratura. Paralelamente, há um esforço para valorizar e diversificar o corpo docente e os servidores judiciários, considerando a ampla gama de competências e perspectivas que esses profissionais trazem para o ambiente de aprendizado. Complementar a isso, investimentos na modernização da infraestrutura escolar são vistos como fundamentais para aumentar o bem-estar e a satisfação durante o processo ensino-aprendizagem. Para efetivar esses objetivos, a estratégia empregada inclui programas de capacitação e avaliação continuada destinados a docentes, servidores e formandos, reforçando um ciclo de melhoria contínua.

O segundo pilar, intitulado "Conhecimento," centra-se em manter a relevância e a excelência acadêmica na formação de magistrados federais. A primeira meta é a atualização contínua das ementas disciplinares, tanto para novos magistrados vitaliciandos como para aqueles que já atuam na área, assegurando que os cursos sejam atualizados e alinhados com as demandas contemporâneas do sistema judicial. Além disso, a inclusão de elementos que contemplem aspectos da globalização e da interdisciplinaridade no ensino e na pesquisa visa ampliar o alcance e a aplicabilidade do conhecimento gerado. Para fortalecer o rigor acadêmico, também há o objetivo de estimular a produção científica, especialmente aquela voltada para questões judiciais. Para concretizar estas metas, a estratégia envolve realizar pesquisas para identificar as necessidades formativas, promover ajustes curriculares e incentivar ativamente a produção científica e acadêmica.

O terceiro pilar, denominado "Acervo," é voltado para a manutenção e modernização de recursos educacionais que auxiliem tanto na formação acadêmica quanto na prática profissional dos magistrados. A intenção é manter um conjunto de materiais diversificado e constantemente atualizado que seja adequado para as diversas necessidades dos usuários. A digitalização de tais recursos visa não apenas a preservação dos materiais, mas também a facilitação do acesso, independentemente da localização geográfica dos interessados. Por último, a implementação de um sistema eficaz de catalogação e busca é crucial para otimizar o uso do acervo. As estratégias para atingir esses objetivos incluem investimentos em bibliotecas digitais e estabelecimento de parcerias com editoras, bem como o aperfeiçoamento contínuo dos sistemas de catalogação e pesquisa.

O quarto pilar, intitulado "Resultado," concentra-se na mensuração e na avaliação do impacto das ações realizadas nos outros três pilares. Essa avaliação serve como um mecanismo de verificação e correção, permitindo que

a instituição adapte suas estratégias de forma ágil e eficaz. O estabelecimento de métricas claras e objetivas para o desempenho institucional é um componente-chave deste pilar, fornecendo um padrão quantificável para analisar se os objetivos estão sendo alcançados. Para tornar esse processo ainda mais efetivo, está prevista a implementação de um sistema de feedback que permita a melhoria contínua das práticas institucionais. As estratégias planejadas para concretizar esses objetivos incluem a definição e o monitoramento de métricas de desempenho e Indicadores Chave de Desempenho (KPIs), os quais serão avaliados periodicamente para garantir alinhamento e eficácia.

Ao olhar para o futuro, é evidente que a ESMAF-TRF1 se compromete profundamente com a formação de profissionais jurídicos altamente qualificados. Fazemos isso não apenas por meio da modernização de nossas estruturas e métodos pedagógicos, exemplificada pelo lançamento de cursos à distância e a adoção de modelos híbridos, mas também por meio de parcerias com outras instituições acadêmicas de relevância internacional. Portanto, o modelo de "Gestão Judicial 360°" vai além de ser uma simples estratégia; ele é uma manifestação de nosso compromisso contínuo com a excelência. Esse compromisso é vital para alinhar a ESMAF-TRF1 com as necessidades e demandas do presente e as possibilidades do futuro, garantindo que a justiça seja uma força eficaz e positiva para o bem-estar social.

Objetivos Estratégicos e Metas

Objetivo/Meta	Justificativa	Ações/Estratégias	Responsáveis	Período	Recursos Necessários
Implementar integralmente a Gestão Escolar 360°.	Modernizar a gestão para atender às demandas contemporâneas do sistema judiciário.	Desenvolver e implementar um modelo de gestão integrada.	Diretoria da ES-MAF	2023-2025	Recursos humanos especializados e tecnológicos.
Modernizar as instalações físicas e digitais até o final de 2024.	Manter a infraestrutura alinhada com as tecnologias educacionais avançadas.	Investimento em tecnologias de EAD e reformas estruturais.	Equipe de TI e infraestrutura	Até o final de 2025	Orçamento para tecnologias de EAD e reformas.
Aumentar o quadro docente e servidores em 20% até 2025. Garantir 30% de diversidade.	Expandir e diversificar para promover uma educação mais inclusiva e representativa.	Recrutamento e programas de inclusão.	Departamento de RH	Até 2025	Orçamento para novas contratações e programas de inclusão.
Introduzir pelo menos 10 novos cursos anualmente.	Atualizar e expandir a oferta educacional para abranger áreas interdisciplinares.	Desenvolvimento de novos cursos.	Coordenação acadêmica	Anualmente	Recursos humanos (docentes) e materiais para novos cursos.
Alcançar 90% de satisfação dos alunos em avaliações.	Assegurar a qualidade e relevância da formação oferecida.	Avaliações semestrais e feedback contínuo.	Departamento de Qualidade	Semestralmente	Ferramentas de avaliação e sistemas de feedback.

Iniciativas e Projetos Principais

Iniciativa	Ação Específica	Responsáveis	Período	Recursos Necessários
Modernização da Infraestrutura	Investimento em EAD e reformas físicas.	Equipe de TI e infraestrutura	2023-2024	Orçamento para tecnologias e reformas.
Desenvolvimento Profissional Contínuo	Ciclos de palestras e cursos de atualização.	Coordenação acadêmica	Contínuo	Recursos humanos e materiais para eventos e cursos.
Ensino-Aprendizagem Interdisciplinar	Desenvolver cursos transdisciplinares.	Departamento acadêmico	Anualmente	Recursos para desenvolvimento de cursos.
Inclusão e Diversidade	Programas de inclusão para grupos sub-representados.	Departamento de RH	Contínuo	Orçamento para programas de inclusão.
Fortalecimento das Parcerias	Acordos de colaboração com outras instituições.	Diretoria	Contínuo	Recursos para estabelecimento e manutenção de parcerias.
Diálogo com Servidores do TRF1	Fóruns de discussão.	Diretoria e RH	Contínuo	Recursos para organização dos fóruns.
Internacionalização do sistema de justiça	Programas de intercâmbio.	Coordenação internacional	Contínuo	Orçamento para programas de intercâmbio.

Monitoramento e Avaliação

Ação	Responsáveis	Período	Recursos Necessários
Implementar dashboard para avaliações semestrais.	Departamento de TI	Semestralmente	Tecnologia para dashboard.
Encontros para feedback dos stakeholders.	Diretoria	Periódico	Recursos para organização de encontros.

Gestão de Riscos

Ação	Responsáveis	Período	Recursos Necessários
Desenvolver plano de mitigação de riscos.	Departamento de Gestão de Riscos	Contínuo	Recursos humanos e metodológicos para gestão de riscos.

CONCLUSÃO

O presente Plano de Ação reitera o nosso compromisso inabalável com a excelência na formação judicial, fundamentado nos pilares estratégicos de Pessoas, Conhecimento, Acervo e Resultado. A Escola de Magistratura Federal da 1ª Região (ESMAF-TRF1) reconhece as exigências de um ambiente judicial que evolui rapidamente, impulsionado por avanços tecnológicos e mudanças sociais. Nossa resposta a esses desafios é incorporar à nossa prática escolar um modelo de Gestão 360°, que busca não apenas atender, mas antecipar as necessidades da magistratura federal, garantindo a adequação e relevância contínua de nossa oferta educacional.

O plano delinea uma visão abrangente, detalhando iniciativas estratégicas cuidadosamente planejadas e alinhadas com nossa missão de desenvolver magistrados competentes, éticos e sensíveis às dinâmicas sociais. Por meio de uma combinação de modernização da infraestrutura, aprimoramento do corpo docente, inovação curricular e foco em resultados, posicionamo-nos para enfrentar os desafios futuros com determinação e flexibilidade.

Entendemos que a excelência não é um destino, mas uma jornada contínua de aprendizado, adaptação e aprimoramento. Por isso, a implementação deste plano será acompanhada de perto, com avaliações regulares para medir o impacto de nossas ações e ajustar as estratégias conforme necessário. A gestão de riscos permanecerá uma prioridade, assegurando a resiliência e a sustentabilidade de nossa instituição frente às incertezas do futuro.

Em suma, o Plano de Ação da ESMAF-TRF1 para o biênio 2023-2025 reflete nossa determinação em ser uma força propulsora para o bem-estar social, por meio da excelência na educação dos magistrados federais, a qual refletirá em instruções e julgamentos mais contextualizados às peculiaridades culturais da 1ª Região. É um plano ambicioso, porém, firmemente ancorado na realidade e nas capacidades da nossa escola. Com a colaboração de todos os nossos stakeholders, avançamos confiantes, prontos para moldar o futuro da magistratura federal, garantindo que a justiça seja acessível, justa e eficiente para todos.

SEI 0026470-56.2023.4.01.8000 - Portaria ESMAF 01/2024

ESMAF

Escola de Magistratura Federal da 1ª Região

Textos: Gabriela Artiaga - Secretária-executiva/Esmaf TRF1,
Juiz Federal Hugo Abas Frazão e Assessoria de Comunicação do TRF1

Imagens: Assessoria de Comunicação do TRF1 e Esmaf TRF1

Diagramação: Jordânia Jovelina Alves